



NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.  
NIRE 35.300.187.393  
CNPJ nº 04.668.779/0001-79

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2001

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA: Realizada aos 18 dias do mês de setembro de 2001, às 10:00 horas, na sede social, localizada na Rua Funchal, 263, 11º andar, sala 06-B, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença".
3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do Artigo 26, §1º do Estatuto Social, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Luis Antonio Semeghini de Souza, que convidou a Sra. Cristiane Naomi Kaneko Flesch para secretariá-lo.
4. ORDEM DO DIA: (a) autorizar a 2ª emissão de debêntures ("Debêntures") da Companhia, no valor total de até R\$2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei 6.404/76 e demais disposições legais pertinentes (a "Emissão"); (b) delegar ao Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as condições relativas às Debêntures, de que tratam os itens VI a VIII, do artigo 59, da Lei nº 6.404/76, bem como delegar poderes para cancelar as Debêntures que eventualmente não sejam colocadas, ou que se encontrem em tesouraria; (c) autorizar a Diretoria a contratar: (1) instituições financeiras credenciadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação pública das Debêntures emitidas pela Companhia, (2) o agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), e (3) o banco mandatário, bem como para realizar as demais contratações (inclusive advogados, auditores, agências de classificação de risco e agências de publicidade) e praticar todos os demais atos necessários para efetivação da Emissão.

5. **DELIBERAÇÕES:** Após a discussão da matéria, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue:

I. Aprovar, nos termos do Artigo 29, alínea (e) do Estatuto Social, a captação pela Companhia de recursos no mercado de capitais brasileiro, mediante a emissão de Debêntures com as características descritas abaixo. Os termos desta deliberação iniciados em maiúscula têm os significados a eles atribuídos nos "Documentos de Garantia" (Contrato de Penhor de Petróleo, Contrato de Penhor de Ativos, Contrato de Caução de Ações e Contrato de Caução de Contas, a serem firmados pela Companhia), a não ser que diferentemente aqui estabelecido.

- (i) Valor Total da Emissão: Até R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), no dia 1 de outubro de 2001 ("Data de Emissão").
- (ii) Quantidade Total da Emissão de Debêntures: 580.000 (quinhentos e oitenta mil) Debêntures, sendo 380.000 (trezentos e oitenta mil) Debêntures da 1ª série e 200.000 (duzentas mil) Debêntures da 2ª série.
- (iii) Número de Séries: Duas, sendo a 1ª série no montante de até R\$1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais) e a 2ª série no montante de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão.
- (iv) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 1 de outubro de 2001.
- (v) Tipo e Forma: Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas.
- (vi) Espécie: Com garantia real.
- (vii) Valor Nominal Unitário das Debêntures: R\$5.000,00 (cinco mil reais), na Data de Emissão.
- (viii) Remuneração: A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração"):

*Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série:* As Debêntures da 1ª série farão jus a Juros Remuneratórios pagáveis anualmente, no dia 1 de outubro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.



## ANEXO 1

Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª série serão equivalentes a, no máximo, 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada "Taxa DI", capitalizada de *spread* a ser definido em processo de *bookbuilding*. As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1]$$

onde,

JR = valor dos Juros Remuneratórios a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

$(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$  = fator de variação acumulado da Taxa DI, capitalizado do *spread*, entre a data de início e a data final do "Período de Capitalização" dos Juros Remuneratórios, calculado conforme fórmula abaixo.

Os termos  $f_1$ ,  $f_2$ ,  $f_j$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \times S$$

onde,

$f_j$  = fator da Taxa DI referente ao dia  $j$ ;

Taxa DIj = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia j;

S = fator de *spread* final ao ano, base 252 dias, calculado conforme fórmula abaixo.

$$S = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \right\}$$

onde:

b = *spread* a ser determinado em processo de *book building*;

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Companhia.

Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Companhia, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30



(trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas referida acima, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas nos termos deste parágrafo, será utilizado o último índice mensal dos Juros Remuneratórios. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

#### *Remuneração das Debêntures da 2ª Série:*

**Atualização.** As Debêntures da 2ª série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Atualização, conforme o caso, pelo IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[ 1 + \frac{IGPM_1}{100} \right]^{\frac{d_1}{D1}} \times \left[ 1 + \frac{IGPM_2}{100} \right]^{\frac{d_2}{D2}} \times \dots \times \left[ 1 + \frac{IGPM_n}{100} \right]^{\frac{d_n}{Dn}} \right\}$$

onde:

VNa = saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado;

VNe = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, no caso do vencimento do primeiro Período de Capitalização, ou na data de vencimento do último Período de Capitalização, no caso dos demais Períodos de Capitalização;

IGPMn = índice do IGPM na forma percentual, relativo ao mês "n";

d n = número de dias corridos do 1º dia do mês da "Atualização", até a data de Atualização;

Dn = número de dias do mês "n" corrente.

O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.



A aplicação do IGP-M incidirá anualmente.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IGP-M, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Companhia.

Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

Em qualquer hipótese mencionada nesta cláusula, caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Companhia, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas nos termos deste parágrafo, será utilizado o último índice mensal da Atualização. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

*Juros Remuneratórios:* As Debêntures da 2ª série farão a Juros Remuneratórios pagáveis anualmente, no dia 1 de outubro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª série serão pré-fixados à taxa a ser determinada em processo de *bookbuilding*, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização;

VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado em Reais na data de início de cada Período de Capitalização;

b = taxa a ser fixada em processo de *book building*;

n = Número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização.

As debêntures farão jus ao pagamento integral da Atualização nas mesmas datas em que forem pagos os Juros Remuneratórios.

Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração das respectivas séries, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das respectivas séries. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

A Remuneração definitiva das Debêntures das 2 (duas) séries será determinada em processo de *bookbuilding*, sendo que o valor máximo do *spread* aplicável às Debêntures da 1ª série e o valor máximo dos Juros Remuneratórios aplicável às

Debêntures da 2ª série serão definidos em Assembléia Geral da Companhia a realizar-se à época do processo de *bookbuilding*. A Remuneração definitiva deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e publicada em até 1 (um) dia útil após sua determinação, e deverá constar dos anúncios de início de distribuição pública das Debêntures.

(ix) Preço de Subscrição e Integralização: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme item (viii) acima, acumulada desde a Data de Emissão, até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

(x) Prazo de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª série será de 60 (sessenta) meses, a contar da Data da Emissão, estando estabelecido no dia 1 de outubro de 2006. O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª série será de 84 (oitenta e quatro) meses, a contar da Data da Emissão, estando estabelecido no dia 1 de outubro de 2008.

(xi) Colocação e Procedimento da Distribuição: A distribuição das Debêntures será pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no Artigo 33 da Instrução CVM nº13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente, em igualdades de condições, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debêntures e de eventuais instituições subcontratadas, que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.

(xii) Garantias: Mediante a celebração dos Documentos de Garantia, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, tornar-se-ão "Partes Garantidas" e serão beneficiários das garantias abaixo citadas (os "Documentos de Garantia"). Os principais termos dos contratos de garantia são os que seguem:

(a) Contrato de Penhor de Petróleo - Através do Contrato de Penhor de Petróleo, a Petrobras dará em penhor à Companhia, que por sua vez dará em sub-penhor às Partes Garantidas, (i) o Petróleo produzido a partir do Campo de Marlim; (ii) todo e qualquer derivado processado a partir do Petróleo; e (iii) todo e qualquer montante que possa resultar da comercialização dos bens mencionados em (i) e (ii). "Petróleo", nos termos do Contrato de Penhor de Petróleo, significa até 30% (trinta

por cento) da produção total do Campo de Marlim (média diária de 530.000 (quinhentos e trinta mil) barris/dia em julho de 2001).

(b) **Contrato de Penhor de Ativos** - Através do Contrato de Penhor de Ativos, a Companhia dará em penhor mercantil às Partes Garantidas os ativos de sua exclusiva propriedade. Adicionalmente, a Companhia promete constituir em favor das Partes Garantidas, penhor sobre todos os demais ativos que venha a adquirir, assumindo, para tanto, a obrigação de celebrar com as Partes Garantidas aditivos ao Contrato de Penhor de Ativos. A Petrobras foi nomeada como depositária dos bens empenhados, nos termos do artigo 276 do Código Comercial.

(c) **Contrato de Caução de Ações** - Através do Contrato de Caução de Ações, os acionistas da Companhia darão em caução às Partes Garantidas, (i) a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia de que são proprietários, bem como as ações que vierem a deter no futuro e (ii) todos os dividendos, bonificações e demais direitos relativos às ações caucionadas.

(d) **Contrato de Caução de Contas** - Através do Contrato de Caução de Contas, a Companhia dará em caução às Partes Garantidas, (i) a totalidade dos créditos detidos pela Companhia contra instituição financeira a ser nomeada, referente aos recursos a qualquer tempo depositados e mantidos na Conta de Receita e na Conta de Desembolso administradas pela citada instituição financeira; e (ii) todos e quaisquer títulos adquiridos por essa instituição financeira com tais recursos.

(xiii) **Vencimento Antecipado**: Observado o previsto no último parágrafo deste item, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data da notificação que assim o determina, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

(a) transferência, direta ou indireta, do controle da Companhia sem aprovação prévia dos Debenturistas detentores de no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;

(b) falta de pagamento de qualquer valor devido em relação às Debêntures nos termos da Escritura;

(c) término por inadimplemento ou invalidade do Contrato de Consórcio, Contrato de Suporte ou de qualquer Documento de Garantia, término por qualquer motivo (salvo em decorrência do término do prazo contratual originalmente previsto) do Contrato de Concessão, ou, ainda, renúncia pela Petrobras ou pela Companhia de quaisquer de seus direitos previstos em qualquer desses documentos;

(d) protestos legítimos e reiterados contra a Companhia, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data em que a Companhia receber aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário nesse sentido;

(e) pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia, por sua controladora direta ou por qualquer de suas controladas;

(f) liquidação ou decretação de falência da Companhia, de sua controladora direta ou de qualquer de suas controladas;

(g) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

(h) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, de sua controladora direta ou de qualquer de suas controladas, de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(i) trânsito em julgado de qualquer sentença, emissão de laudo arbitral definitivo, execução de mandados de penhora ou início de processos semelhantes, em qualquer caso que versem sobre o pagamento de valor equivalente ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) contra a Companhia, sua controladora direta ou qualquer de suas controladas;

(j) penhora, arresto ou seqüestro de bens da Companhia, de sua controladora direta ou de suas controladas, em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia com base nas mais recentes demonstrações

financeiras anuais da Companhia, em procedimento administrativo ou processo judicial, que não seja cancelado em até 60 (sessenta) dias após a sua instauração; ou

(l) alteração das classificações de risco (*rating*) atribuídas às Debêntures pelas agências de classificação de risco Moody's e Standard & Poor's abaixo das classificações AAA, pela Moody's, e AA+, pela Standard & Poor's, em escala nacional, nas revisões anuais realizadas a partir da Data de Emissão.

Os valores mencionados nos itens "d", "h" e "i" acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IGP-M ou qualquer índice que o substitua.

Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos itens "a", "b", "c", "e" e "f" acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automática e antecipadamente vencidas, independente de avisos ou notificação judicial ou extra-judicial. Ocorrendo quaisquer eventos previstos nos demais itens acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, este deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da ciência de sua ocorrência, Assembléia Geral de Debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A declaração do vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas representando no mínimo a maioria de todas as Debêntures em circulação.

(xiv) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

(xv) Forma Alternativa de Recebimento. Caso decidido por Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembléia de Debenturistas instaurada especialmente para deliberar sobre tal matéria, o pagamento de qualquer valor devido pela Emissora nos termos da Escritura poderá ser aceito pelos Debenturistas, a seu único e exclusivo critério, por meio de dação em pagamento de bens e/ou direitos aceitáveis para os Debenturistas. Nenhum

pagamento de valores devidos pela Emissora nos termos da Escritura poderá ser feito de qualquer forma que não em moeda corrente nacional sem a aprovação dos Debenturistas nos termos desta Cláusula.

(xvi) Negociação: As Debêntures serão negociadas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (ANDIMA) e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP); ou, alternativamente, no Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA, custodiado na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, à opção da Diretoria da Companhia.

(xvii) Local de Pagamento: Os pagamentos das Debêntures serão efetuados pela Companhia em sua sede ou em estabelecimento de instituições financeiras contratadas para esse fim, ou, ainda, através do SND.

(xviii) Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 10% sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, a taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

(xix) Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures ou na cidade de São Paulo.

(xx) Publicidade: Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil.

II. Delegar poderes ao Conselho de Administração para: (i) deliberar sobre as condições relativas às Debêntures de que tratam os itens VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, tendo inclusive poderes para alterar condições expressas na presente deliberação, no que se refere às matérias referidas nesses itens; e (ii) aprovar o cancelamento das Debêntures que eventualmente não sejam colocadas e, se e quando necessário, das Debêntures que se encontrem em tesouraria.

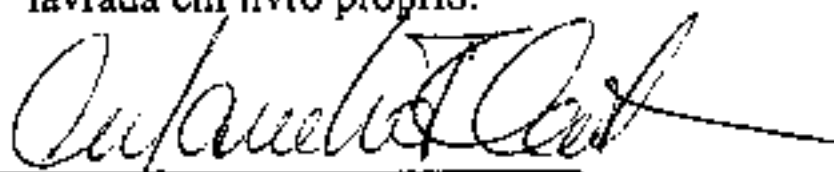


III. Autorizar a Diretoria da Companhia a contratar instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição como líder(es), coordenador(es) ou consorciado(s) da emissão, bem como Agente Fiduciário e instituições para a prestação de serviços a ela relativos, inclusive custódia, liquidação, emissão de certificados e de agente pagador (Banco Mandatário), advogados, auditores independentes, agências de classificação de risco e agências de publicidade, podendo ajustar os termos e condições pertinentes.

IV. Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos relacionados com o quanto acima exposto, inclusive assinar todos e quaisquer documentos necessários para esse fim, inclusive a Escritura, os Documentos de Garantia, Contrato de Garantia Firme de Subscrição Pública de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Real, da 2ª Emissão, em Duas Séries, da Companhia.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembléia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. São Paulo, 18 de Setembro de 2001. (aa) Presidente: Luis Antonio Semeghini de Souza; Secretária: Cristiane Naomi Kaneko Flesch. Acionistas: NOVAMARLIM PARTICIPAÇÕES S.A., p. Luis Antonio Semeghini de Souza e Ronald Herscovici; Luis Antonio Semeghini de Souza; Cristiane Naomi Kaneko Flesch; Alexandre Gossn Barreto.

Confere com a original  
lavrada em livro próprio.



Cristiane Naomi Kaneko Flesch  
Secretária

